

CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/SESPA/2021
PROCESSO Nº 2021/158527

Contrato de Gestão que entre si celebram, o Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPÁ e INSTITUTO DE SAÚDE SOCIAL E AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – ISSAA, qualificado como Organização Social, que visa estabelecer o compromisso entre as partes para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO ABELARDO SANTOS, para os fins aos quais se destina.

O **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.929/0001-17, com sede nesta cidade, na Travessa Lomas Valentina, nº 2190, Marco, CEP 66093-677, neste ato representada por seu **Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Dr. ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS**, brasileiro, portador do RG nº 27039 PM/Pa, e CPF sob nº 513.501.902-25, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado **INSTITUTO DE SAÚDE SOCIAL E AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – ISSAA**, pessoa jurídica de direito privado, qualificada no Pará como Organização Social (Dec. Estadual nº 1.491 de 17/02/2016, DOE nº 33.071 de 19/02/2016), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.176.345/0001-33, com sede à Rua Municipalidade, nº 985, Sala nº 1412, bairro Umarizal, Belém-Pa, CEP 66.050-350, com Estatuto Registrado no dia 11/12/2019 nº de ordem 44.194 Livro A, averbado à margem do Registro nº 37.348 de 25.03.2015 no Cartório do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas desta capital, neste ato representada por seu diretor presidente **MANUEL FERNANDO GOMES MOREIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador de Cédula de Identidade nº 06.999.669-2 SSP / RJ, inscrito no CPF sob o nº 463.102.077-68, domiciliado e residente em São Paulo, capital, Rua Payaguás, nº 80, apto 21, Vila Congonhas, CEP 04.624-080, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, combinada com o artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1991 e alterações posteriores, sob a égide do Art. 22, §2º do Dec. Estadual nº 021 de 14/02/2019, e ainda em conformidade com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecidos nas Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil, em especial no seu artigo 196 e seguintes, e considerando o contido no **Processo Administrativo nº 2021/158527-SESPA**, **RESOLVEM** celebrar,

emergencialmente, o presente **CONTRATO DE GESTÃO**, para o gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no **Hospital Regional Público Abelardo Santos**, situado à Rodovia Augusto Montenegro, s/n - KM 13, bairro da Agulha, Distrito de Icoaraci, CEP 66.013-090, município de Belém, de cujo uso fica permitido pelo período de vigência do presente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente **Contrato de Gestão** tem por objeto estabelecer o compromisso entre as partes para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no **Hospital Regional Público Abelardo Santos**, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultado, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, em conformidade com os anexos a seguir elencados, que integram o presente instrumento, para todos os fins de direito:

- a) Anexo Técnico I – Plano de Trabalho/Descrição de Serviços;
- b) Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento;
- c) Anexo Técnico III - Indicadores de Qualidade;
- d) Termo de Cessão de Uso de Bens.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. Cabe à **CONTRATADA**, além das obrigações constantes dos Anexos Técnicos I e III, Termo de Referência e Termo de Cessão de Uso de Bens e, daquelas estabelecidas na legislação referente ao SUS, bem como nos diplomas federal e estadual que regem a presente contratação, as seguintes obrigações:

2.1.1. Assegurar a organização, administração e gerenciamento do Hospital objeto do presente Contrato, através do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física da referida unidade Hospitalar e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos (materiais) e medicamentos necessários à garantia do pleno funcionamento do Hospital, condicionado aos itens 2.2.1 e 2.2.2;

2.1.2. Assistir de forma abrangente os usuários, procedendo aos devidos registros do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) e no Sistema de Internações Hospitalares (SIH/SUS), segundo os critérios da Contratante e do Ministério da Saúde;

2.1.3. Garantir, em exercício no Hospital, quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da unidade e serviços combinados, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes à espécie, estando definida, como parte de sua infraestrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas/dia;

2.1.4. Manter em seu quadro de funcionários profissionais com as certificações ou capacitações técnicas compatíveis com a função até o final da vigência do Contrato de Gestão;

2.1.5. Qualquer alteração de profissionais na estrutura diretiva do hospital deverá ser comunicada previamente e expressamente a **CONTRATANTE**;

2.1.6. Qualquer alteração no Estatuto ou em instrumento constitutivo análogo da **CONTRATADA** deverá ser informada à **CONTRATANTE** no prazo de até 30 (trinta) dias;

2.1.7. Qualquer alteração no registro da filial, responsável pela gestão hospitalar, deverá ser informada à **CONTRATANTE** em até 30 (trinta) dias;

2.1.8. Adotar identificação especial (crachá) e uniforme de boa qualidade para todos os seus empregados, assim como assegurar a sua frequência, pontualidade e boa conduta profissional;

2.1.9. Incluir, na implantação da imagem corporativa e nos uniformes dos trabalhadores, o logotipo da SESPÁ e do Hospital;

2.1.10. Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados no Hospital, disponibilizando a qualquer momento à Contratante de acordo com a cláusula nona deste contrato e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados no Hospital;

2.1.11. Providenciar, junto às repartições competentes, e manter atualizados todas as licenças e alvarás necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato;

2.1.12. Manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei e comprovadas no momento de celebração do Contrato de Gestão;

2.1.13. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causado à Contratante, à usuários e/ou à terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

2.1.14. Não efetuar, sob nenhuma hipótese, cobrança, direta ou indireta, ao paciente por serviços médicos, hospitalares ou outros complementares referente à assistência a ele prestada;

2.1.15. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional empregado, contratado ou preposto, em razão da execução deste contrato;

2.1.16. Consolidar a imagem do Hospital como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do SUS, comprometido com sua missão de atender às necessidades terapêuticas dos usuários, primando pela melhoria na qualidade da assistência;

2.1.17. Responsabilizar-se, após análise, aprovação e correspondente aditamento contratual, pela aquisição de equipamentos, máquinas e utensílios, bem como, pela execução de obras complementares, efetuadas com recursos do presente contrato, necessárias ao pleno funcionamento da unidade de saúde;

2.1.18. Manter em perfeitas condições de higiene e conservação as áreas físicas, instalações e equipamentos do Hospital, conforme Termo de Cessão de Uso de Bens;

2.1.19. Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua nos equipamentos e instalações hidráulicas, prediais, elétricas e de gases em geral;

2.1.20. Devolver à **CONTRATANTE**, após o término de vigência deste Contrato, toda área, equipamentos, instalações e utensílios, objeto do presente contrato, em perfeitas condições de uso, respeitado o desgaste natural pelo tempo transcorrido, substituindo aqueles que não mais suportarem recuperação (desde que seja comprovado mau uso), conforme Termo de Cessão de Uso de Bens;

2.1.21. Dispor, por razões de planejamento das atividades assistenciais, da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo, no mínimo, nome, RG e endereço completo da residência;

2.1.22. Enviar à **CONTRATANTE**, nos prazos e instrumentos por ela definidos, todas as informações

sobre as atividades desenvolvidas no Hospital, bem como sobre a movimentação dos recursos financeiros recebidos e realizados pela unidade hospitalar de saúde;

2.1.23. Encaminhar à **CONTRATANTE** as informações de que trata o item anterior, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas, ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior;

2.1.24. Em relação aos direitos dos usuários, a **CONTRATADA** obriga-se a:

- a) Manter sempre atualizado o prontuário do paciente e o arquivo considerando os prazos previstos em lei;
- b) Não utilizar, nem permitir que terceiros utilizem, o paciente para fins de experimentação;
- c) Justificar ao usuário ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato;
- d) Permitir a visita ao usuário internado, diariamente, conforme diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH;
- e) Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- f) Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
- g) Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
- h) Assegurar aos usuários o direito de serem assistidos, religiosa e espiritualmente, por ministro de qualquer culto religioso;
- i) Assegurar a presença de um acompanhante, em tempo integral, no Hospital, nas internações de adolescentes, gestantes, idosos e outros previstos em lei;
- j) Garantir atendimento indiferenciado aos usuários.

2.1.25. Fornecer ao usuário por ocasião de sua alta hospitalar, relatório circunstanciado do atendimento que lhe foi prestado, denominado "INFORME DE ALTA HOSPITALAR", no qual devem constar, no mínimo, os seguintes dados:

- a) Nome do usuário;
- b) Nome do Hospital;
- c) Localização do Hospital (endereço, município, estado);
- d) Motivo da internação (CID-10);
- e) Data de admissão e data da alta;
- f) Procedimentos realizados e tipo de órtese, prótese e/ou materiais empregados, quando for o caso;
- g) Diagnóstico principal de alta e diagnóstico secundário de alta;

h) O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: "Esta conta deverá ser paga com recursos públicos";

i) Colher a assinatura do usuário, ou de seus representantes legais, na segunda via no informe de alta hospitalar;

j) Arquivar o informe hospitalar no prontuário do usuário, observando-se as exceções previstas em lei.

2.1.26. Incentivar o uso seguro de medicamentos, tanto ao usuário internado como o ambulatorial, procedendo a notificação de suspeita de reações adversas, através de formulários e sistemáticas da SESP/ANVISA;

2.1.27. Implantar pesquisa de satisfação na alta hospitalar, conforme item 3 do Anexo Técnico III;

2.1.28. Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;

2.1.29. Instalar um Serviço de Atendimento ao Usuário, conforme diretrizes a serem estabelecidas pela SESP, encaminhando, mensalmente, relatório de suas atividades, devendo ser implantado independentemente do serviço de ouvidoria exigido pelo Sistema Único de Saúde;

2.1.30. Identificar suas carências em matéria diagnóstica e/ou terapêutica que justifiquem a necessidade do encaminhamento do usuário a outros serviços de saúde, apresentando à SESP, mensalmente, relatório dos encaminhamentos ocorridos;

2.1.31. Não adotar nenhuma medida unilateral de mudanças nos serviços contratados, nos fluxos de atenção consolidados, nem na estrutura física do Hospital, sem a prévia ciência e aprovação da Contratante;

2.1.32. Alcançar os índices de qualidade estabelecidos e disponibilizar equipe em quantitativo necessário para obter os índices de produtividade definidos nos Anexos Técnicos I e III, deste Contrato;

2.1.33. Acompanhar e monitorar o tempo de espera dos usuários, definido pelas diferentes Listas de Espera de Internação, Cirurgia Eletiva e TRS, incluindo essa informação nos relatórios gerenciais do Hospital;

2.1.34. Dispor e manter em pleno funcionamento, no mínimo, as seguintes Comissões Clínicas:

- a) Comissão de Prontuários do Paciente;
- b) Comissão de Verificação de Óbitos;
- c) Comissão de Ética Médica e de Enfermagem;
- d) Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;
- e) Comissão de Farmácia e Terapêutica.
- f) Comissão Interna de Prevenção de Acidente

2.1.35. Dispor e manter em pleno funcionamento um Núcleo Hospitalar de Epidemiologia – NHE, responsável pela realização de vigilância epidemiológica de doenças de notificação compulsória no âmbito Hospitalar, assim como ações relacionadas a outros agravos de interesse epidemiológico;

2.1.36. Dispor e manter um Núcleo de Manutenção Geral – NMG, que contemple as áreas de manutenção predial, hidráulica e elétrica, assim como um Núcleo de Engenharia Clínica, para o bom desempenho dos equipamentos e, um Serviço de Gerenciamento de Risco e de Resíduos Sólidos no Hospital;

2.1.37. Estabelecer e executar os planos, programas e sistemas constantes do Anexo Técnico I;

2.1.38. Movimentar os recursos financeiros transferidos pela **CONTRATANTE** para a execução do objeto deste Contrato em contas bancárias específicas e exclusivas no Banco do Estado do Pará, vinculadas ao Hospital, de modo a que os recursos transferidos não sejam confundidos com outros recursos da **CONTRATADA**, não sendo permitido nenhum tipo de transferência a outro estabelecimento bancário sem o consentimento da **CONTRATANTE**;

2.1.39. Publicar, anualmente, os relatórios financeiros e o relatório de execução do presente Contrato de Gestão, no Diário Oficial do Estado, até o dia 30 de abril do ano subsequente (art. 24, inc. IX do Decreto Estadual nº 21 de 14/02/2019);

2.1.40. Elaborar e encaminhar à **CONTRATANTE**, em modelos por esta estabelecidos, relatórios de execução trimestral, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao período em questão;

2.1.41. Ao final de cada exercício fiscal, após apresentação devida aos órgãos de Controle e Fiscalização (PGE, TCE, dentre outros), encaminhar à **CONTRATANTE** o relatório consolidado de execução e demonstrativos financeiros, até o dia 10 (dez) de maio do ano subsequente;

- 2.1.42.** Encaminhar mensalmente, à **CONTRATANTE**, comprovantes de quitação de despesas com água, energia elétrica e telefone, efetuadas no mês imediatamente anterior, bem como os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários também relativos ao mês anterior;
- 2.1.43.** Comunicar à Contratante todas as aquisições e doações recebidas de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência;
- 2.1.44.** Permitir o livre acesso do GTCAGHMR (Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitano e Regionais – SESPA), dos órgãos de controle legalmente constituídos, das Comissões instituídas pela Contratante, do Controle Interno e da Auditoria Geral do SUS, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;
- 2.1.45.** Apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura deste instrumento, os regulamentos de recursos humanos, financeiros e de aquisição de bens e serviços realizados com recursos públicos, ao Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitano e Regionais (GTCAGHMR), do presente Contrato e devidamente publicados no DOE (Art. 26 do Decreto Estadual nº 21 de 14 de fevereiro de 2019);
- 2.1.46.** Realizar processo seletivo para contratação de Recursos Humanos, com critérios objetivos e pessoais com publicidade de forma a permitir o acesso a todos os interessados;
- 2.1.47.** Garantir à segurança patrimonial, pessoal dos usuários do Sistema Único de Saúde que estão sob sua responsabilidade, bem como a de seus empregados / contratados;
- 2.1.48.** Responsabilizar-se integralmente por todos os compromissos assumidos neste Contrato, e executá-lo de acordo com a legislação vigente.
- 2.1.49.** Manter no sítio da **CONTRATADA**, dados sobre este instrumento, sua execução e avaliação, para consulta, a qualquer tempo, pelos cidadãos e usuários do SUS.
- 2.1.50.** Adquirir e alimentar o Sistema de Informação para monitoramento, controle e avaliação que deverá ser definido e posteriormente disponibilizado à **CONTRATANTE**;

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato serão alocados para a **CONTRATADA** mediante transferências oriundas da **CONTRATANTE**, sendo permitido à **CONTRATADA** o recebimento de doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da OS;
- 5.2. Os recursos repassados à **CONTRATADA** poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação revertam-se, exclusivamente, aos objetivos deste Contrato;
- 5.3. O valor global do Contrato, **R\$ 90.600.000,00 (noventa milhões e seiscentos mil reais)**, a ser repassado em 06 (seis) parcelas mensais de **R\$ 15.100.000,00 (quinze milhões e cem mil reais)**, será registrado no Sistema de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM, estando o recurso alocado na **Dotação Orçamentária: 8877; no Elemento de Despesa 335043 e Fonte de Recurso 0103 / 0301 / 0101 / 0149 / 0349 / 0303**.
- 5.4. As despesas decorrentes deste Contrato para os exercícios de 2021 e demais exercícios, quando couber, correrá(ão) por conta de recursos orçamentários consignados na(s) respectiva(s) lei(s) orçamentária(s) do(s) exercício(s) subsequente(s).
- 5.5. A especificação anual da dotação orçamentária correspondente aos próximos exercícios financeiros poderá ser objeto de apostilamento ao presente Contrato.
- 5.6. Quaisquer recursos financeiros oriundos do SUS, de custeio e/ou investimento, necessários ou passíveis de complementação do estabelecido no item 5.3, deverão ser captados e aplicados respeitando as regras de financiamento, gestão e gerência do SUS, bem como, com o consentimento do **CONTRATANTE**;
- 5.7. Com o objetivo de captar recursos públicos e privados, a **CONTRATADA** fica autorizada a celebrar convênios com os Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal e iniciativa privada, respeitando os objetivos do presente Contrato de Gestão, a natureza da **CONTRATADA**, a política de planejamento, regulação, controle e avaliação adotada pela **CONTRATANTE**;
- 5.8. Os recursos objeto dos itens 5.6 e 5.7 deverão ser utilizados de forma complementar aos recursos do Contrato de Gestão, no custeio das atividades desenvolvidas na **CONTRATADA**, nos



investimentos destinados a ampliação e melhoria dos serviços e da estrutura física, bem como, na manutenção, atualização e renovação tecnológica;

5.9. Do valor de repasse mensal realizado pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, desde que, devidamente comprovada, as despesas administrativas não assistenciais, ou de administração de projetos descentralizados, não poderão ultrapassar 5% (cinco por cento) para a utilização de custos administrativos indiretos incorridos por sua sede em apoio à execução do objeto deste instrumento ora assumido, custos estes, com Departamento Contábil, Departamento Fiscal, Departamento Financeiro, Departamento de Consultoria Contábil/Financeira, Departamento de RH/DP/SESMT, Departamento de Operações/Contratos, Departamento de TI, Departamento Administrativo / Imobilizado / Arquivo, Departamento de Filantropia, Departamento Jurídico e outros, tal qual indicado em seu Plano de Trabalho e Proposta de Preço e também baseados em critérios de rateio considerando o peso do presente objeto contratual em comparação a projetos similares existentes e conduzidos pela **CONTRATADA** (conforme resolução CFC nº 1.366/11), devidamente atestado por profissional contábil, e em conformidade com o artigo 56, da Lei Federal nº 12.873/13.

5.10. Na vigência do presente Contrato de gestão, além do valor global mensal, a **CONTRATANTE**, conforme recomende o interesse público, poderá, mediante ato fundamentado do Secretário de Estado de Saúde Pública, realizar repasse de recursos a **CONTRATADA**, a título de investimento, no início ou durante a execução do Contrato de Gestão, para ampliação de estruturas físicas já existentes e aquisições de bens móveis complementares de qualquer natureza que se fizerem necessárias à prestação dos serviços públicos.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE FINANCEIRO DE CUSTEIO

6.1. O repasse do valor constante da Cláusula Quinta será efetuado conforme as condições a seguir estabelecidas:

6.1.1. O valor global de custeio, **R\$ 90.600.000,00 (noventa milhões e seiscentos mil reais)**, será repassado mediante a liberação de 6 (seis) parcelas mensais consecutivas;

6.1.2. O valor da parcela mensal é de **R\$ 15.100.000,00 (quinze milhões e cem mil reais)**, sendo composto por uma parte fixa correspondente a 90% (noventa por cento) dessa parcela e, por uma parte variável, correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal, calculada com base na avaliação de indicadores de qualidade, conforme Anexo Técnico III;

6.1.2.1. O Sistema de Metas não se aplica aos três primeiros meses do contrato de gestão, pois a **CONTRATADA** terá 03 (três) meses para a readequação e estabilidade dos serviços assistenciais, com isso, as metas só deverão ser consideradas (avaliada e valorada) a partir do final do 3º mês, a contar da assinatura do Contrato de Gestão.

6.1.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar, mediante Processo Administrativo Eletrônico, a Prestação de Contas Contábil-Financeira até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês de competência, contendo:

6.1.3.1. Cartão do CNPJ;

6.1.3.2. Certidões de Regularidades Fiscal e tributária: Municipal, Estadual e Federal;

6.1.3.3. Certidão de Isenção de Tributos Estaduais e Municipais, se houver;

6.1.3.4. Certificado de Regularidade de FGTS (Matriz e filial);

6.1.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.1.3.6. Relatórios Gerenciais;

6.1.3.7. Extrato bancário das contas;

6.1.3.8. Relação de Contratos com Fornecedores e Prestadores de Serviços;

6.1.3.9. Guias quitadas das obrigações trabalhistas (Relatórios GFIP / SEFIP), dos colaboradores das empresas prestadoras de serviços, com informação da Previdência Social e FGTS individualizados;

6.1.3.10. Notas fiscais dos prestadores de serviços, com o comprovante de quitação do ISS;

6.1.3.11. Comprovantes de Pagamentos de materiais / insumos, em casos de compras;

6.1.3.12. Comprovante de Pagamento de tarifas públicas (concessão de energia e água, por exemplo)

6.1.3.13. Comprovante de Pagamentos de Impostos (INSS e FGTS, por exemplo);

6.1.3.14. Relatórios Contábeis;

6.1.3.15. Comprovante de pagamentos das concessionárias de Energia Elétrica e água ou suas respectivas isenções.

6.1.4. A falta de apresentação sem justificativa plausível de qualquer dos documentos indicados à Prestação de Contas Contábil-Financeira poderão implicar em impedimento do repasse da parcela mensal de custeio;

6.1.5. Com exceção do primeiro repasse mensal de custeio, as demais parcelas serão repassadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, mediante ordem bancária, após apresentações das Prestações de Contas, conforme subcláusula 6.1.3 e Cláusula Décima, quando for o caso;

6.2. As metas de qualidade serão avaliadas trimestralmente, e, em caso de não cumprimento, será efetuado o desconto de até 10% (dez por cento), aplicados sobre cada parcela mensal, conforme disposto no Anexo Técnico - III;

6.3. A parte variável da parcela mensal será paga juntamente com a parte fixa e os eventuais ajustes financeiros a menor, decorrentes da avaliação do alcance das metas de produção, serão realizados nos meses subsequentes à análise dos indicadores estabelecidos, na forma disposta neste Contrato e seus Anexos;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS BENS

7.1. Os bens móveis, bem como o imóvel referente ao Hospital, têm o seu uso permitido pela **CONTRATADA**, durante a vigência do presente instrumento, nos termos da Lei Estadual 5.980/96 e suas alterações posteriores;

7.2. A **CONTRATADA** receberá através de seu preposto, os bens inventariados na forma do Termo de Cessão de Uso dos Bens, e, de forma idêntica, devolvê-los ao término da vigência contratual, em bom estado de conservação, sempre considerando o tempo de uso dos mesmos;

7.3. Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Estado do Pará, após prévia avaliação e expressa autorização da **CONTRATANTE**;

7.4. A **CONTRATADA** deverá administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto no respectivo Termo de Cessão de Uso de Bens, até sua restituição ao Poder Público;

7.5. A **CONTRATADA** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens, cujo uso lhe fora permitido, que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

8.1. A **CONTRATADA** utilizará os recursos humanos que sejam necessários e suficientes para a realização das ações previstas neste Contrato e seus Anexos que integram este instrumento;

8.2. A CONTRATADA responderá pelas obrigações, despesas, encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros, na forma da legislação em vigor, relativos aos empregados necessários na execução dos serviços ora contratados, sendo-lhe defeso invocar a existência deste contrato para eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à **CONTRATANTE**;

8.2.1. Os valores relativos às eventuais condenações judiciais decorrentes de ações trabalhistas e/ou cíveis (nestas incluídos os processos movidos por alegado "erro médico") que surgirem após a rescisão deste Contrato de Gestão, mas que tiverem por fato gerador qualquer data anterior à do início da vigência deste instrumento, serão de única e exclusiva responsabilidade da **CONTRATANTE**, não podendo a **CONTRATADA** ser instada a se responsabiliza por elas, sob nenhum título, razão, motivo ou argumento, a qualquer tempo;

8.2.2. A responsabilidade pelo pagamento de toda e qualquer eventual condenação, de qualquer natureza e inserida em qualquer ramo do Direito, que tenha por fato gerador qualquer data anterior à do início da vigência deste Contrato de Gestão será única, exclusiva e direta do **CONTRATANTE**, em todos os seus aspectos, não podendo a **CONTRATADA** ser responsabilizada ou instada a pagá-las. A **CONTRATADA** denunciará o **CONTRATANTE** à lide, sendo que o ente político desde já se compromete a aceitá-la expressamente de forma incondicional;

8.2.3. Todos os atos processuais a serem praticados nas ações cíveis, trabalhistas, tributárias e/ou quaisquer outras ajuizadas até a data da assinatura deste contrato, além do pagamento das condenações e todas as demais despesas inerentes a elas, serão de responsabilidade exclusiva do **CONTRATANTE** e da administradora anterior do hospital, cabendo a estas partes se entenderem diretamente a respeito delas, não podendo a **CONTRATADA** ser instada a se responsabilizar por elas a nenhum título ou argumento, em qualquer tempo;

8.2.4. A defesa quanto a eventuais questionamentos judiciais relativos a quaisquer ramos do Direito serão de responsabilidade exclusiva e direta do **CONTRATANTE** ou da antiga administradora do hospital, **quando o fato gerador** (e não o questionamento ou a autuação propriamente dito da discussão) **for anterior à data da assinatura deste instrumento** e será da **CONTRATADA** quando o fato gerador for dentro da vigência contratual;

8.2.5. Ativo e passivo de fornecedores. Todas as despesas contraídas pelo hospital até a data da assinatura deste instrumento serão quitadas direta e exclusivamente por quem as contraiu ou, eventualmente, pelo **CONTRATANTE**. As que foram feitas a partir da data da assinatura deste instrumento serão de responsabilidade da **CONTRATADA** e serão quitadas com os recursos

CONTRATANTE providenciará a revogação do Termo de Cessão de Uso de Bens existente em decorrência do presente instrumento e a desqualificação da entidade como organização social, adotando as providências legais cabíveis a questão, acarretando:

13.2.1. A rescisão ou distrato do Termo de Cessão de Uso de Bens, móveis e imóveis, e a imediata reversão desses bens ao patrimônio da **CONTRATANTE**, bem como os bens adquiridos com recursos financeiros recebidos em decorrência do objeto desse contrato;

13.2.2. A incorporação ao patrimônio do Estado dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, na proporção dos recursos públicos alocados, conforme os ditames legais;

13.2.3. Disponibilização, imediata, dos arquivos referentes ao registro atualizado de todos os atendimentos efetuados no Hospital, as fichas e prontuários dos usuários.

13.3. Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATADA** ou da **CONTRATANTE**, imotivadamente, a mesma se obriga a continuar prestando os serviços de saúde ora contratados pelo prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, contados da denúncia do Contrato de Gestão.

13.4. A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da rescisão do Contrato, para quitar suas obrigações e prestar contas de sua gestão à **CONTRATANTE**;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA TRANSIÇÃO

14.1. Terminado o prazo contratual estipulado na CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, bem como, os prazos máximos estipulados por lei, a **CONTRATADA**, excepcionalmente, e devidamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, poderá continuar prestando os serviços pelo período máximo de 02 (dois) meses, durante o período de transição para outra **CONTRATADA**, sendo o ressarcimento financeiro de custeio mensal definido no novo contrato, bem como, o pagamento em duplicidade.

14.2. No período de transição, a **CONTRATADA** que estiver finalizando o Contrato de Gestão, deverá entregar o hospital a nova **CONTRATADA**, devidamente abastecido de materiais de consumo e medicamentos para um período mínimo de 30 dias, sendo o ressarcimento financeiro, definido em comum acordo entre as partes, não podendo o mesmo exceder o valor de custeio mensal definido no novo contrato, bem como, o pagamento em duplicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1. A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato e seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a **CONTRATANTE**, garantida a prévia defesa e a aplicar as penalidades abaixo:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Desconto;
- d) Suspensão temporária de participar de processos de seleção com o Estado do Pará, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

15.2. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a **CONTRATADA**;

15.3. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”;

15.4. Da aplicação das penalidades a **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para interpor recurso, dirigido ao Secretário de Estado da Saúde Pública;

15.5. O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à **CONTRATADA** e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual, garantindo-lhe pleno direito de defesa;

15.6. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da **CONTRATANTE** exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. O presente Contrato de Gestão terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA OMISSÃO


17.1. Os casos omissos ou excepcionais, assim como, as dúvidas surgidas ou cláusulas não previstas neste instrumento, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes, bem como, pelas normas que regem o Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato de Gestão, que não puderem ser resolvidas amigavelmente, renunciando, expressamente, a outro qualquer por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo-subscritas.

Belém, 04 de Março de 2021.


Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
SESPA


Manuel Fernando Gomes Moreira
Instituto de Saúde Social e Ambiental da
Amazônia – ISSAA

Testemunha 1

Nome: Ingrid Mourão
CPF nº: 030.822.442-62

Testemunha 2

Nome: Rodrigo Fernandes Moreira
CPF nº: 950.178.011-20

ANEXO TÉCNICO I**Plano de Trabalho/descrição dos serviços****I - CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**

A Contratada atenderá, com seus recursos humanos e técnicos, os usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia (unidade hospitalar, ambulatorial, ou outros).

O Serviço de Admissão da Contratada solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde.

No caso dos atendimentos hospitalares por urgência, sem que tenha ocorrido apresentação da documentação necessária, a mesma deverá ser entregue pelos familiares e/ou responsáveis pelo paciente, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

O acesso aos exames de apoio diagnóstico e terapêutico realizar-se-á de acordo com o fluxo estabelecido pela Secretaria Estadual de Saúde.

Em caso de hospitalização, a Contratada fica obrigada a internar paciente, no limite dos leitos contratados, obrigando-se, na hipótese de falta ocasional de leito vago, a encaminhar os pacientes aos serviços de saúde do SUS instalados na região em que a Contratada, em decorrência da assinatura deste contrato de gestão, presta serviços de assistência à saúde.

O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela Contratada serão efetuados através dos dados registrados no SIH - Sistema de Informações Hospitalares, no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela Contratante.

1. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

A assistência à saúde prestada em regime de hospitalização compreenderá o conjunto de atendimentos oferecidos ao paciente, segundo a patologia atendida, desde sua admissão no hospital até sua alta hospitalar. Nesse contexto estão incluídos todos os atendimentos e procedimentos necessários para obter ou completar o diagnóstico e as terapêuticas necessárias para o tratamento no âmbito hospitalar, inclusive às relacionadas a todos os tipos de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME, contempladas na tabela unificada do SUS. Em caso de necessidade justificada de uso de OPME não prevista na tabela do SUS, a Secretaria de Estado de

Saúde deverá autorizar previamente o orçamento de uso para pagamento posterior ao mês de utilização da OPME.

1.1. Abrangência do processo de hospitalização

- ♦ Tratamento das possíveis complicações que possam ocorrer ao longo do processo assistencial, tanto na fase de tratamento, quanto na fase de recuperação;
- ♦ Tratamentos concomitantes diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação do paciente e que podem ser necessários adicionalmente devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas;
- ♦ Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação, de acordo com listagem do SUS - Sistema Único de Saúde;
- ♦ Procedimentos e cuidados de enfermagem necessários durante o processo de internação;
- ♦ Alimentação, incluídas nutrição enteral e parenteral;
- ♦ Assistência por equipe médica especializada, equipe de enfermagem, equipe multiprofissional e pessoal auxiliar;
- ♦ Utilização de Centro Cirúrgico e procedimentos de anestesia;
- ♦ O material descartável necessário para os cuidados de enfermagem e tratamentos;
- ♦ Diárias de hospitalização em quarto compartilhado ou individual, quando necessário devido às condições especiais do paciente (as normas que dão direito à presença de acompanhante estão previstas na legislação que regulamenta o SUS - Sistema Único de Saúde);
- ♦ Diárias nas UTI - Unidade de Terapia Intensiva, se necessário;
- ♦ Acompanhamento para os usuários de acordo com a Política de Humanização e/ou legislação vigente;
- ♦ Sangue e hemoderivados;
- ♦ Fornecimento de roupas hospitalares;
- ♦ Procedimentos especiais de alto custo, como hemodiálise, endoscopia e outros que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do paciente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando a complexidade da instituição.

2. ATENDIMENTO A URGÊNCIAS

2.1 O Hospital Regional Público Dr. Abelardo Santos disponibilizará atendimentos de Urgência, 24 horas por dia, ininterruptamente, para casos de urgência obstétrica, ginecológica e pediátrica.

2.2 Será realizado atendimento de urgência e emergência 24h por dia em caráter de Porta Aberta.

2.3 Para efeito de produção contratada / realizada deverão ser informados todos os atendimentos realizados no setor de urgência independente de gerar ou não uma hospitalização.

2.4 Se, em consequência do atendimento por urgência o paciente é colocado em regime de "observação" (leitos de observação), por um período menor que 24 horas e não ocorre à internação ao final deste período, somente será registrado o atendimento da urgência propriamente dita, não gerando nenhum registro de hospitalização (AIH). De outra forma, se a assistência prestada em regime de Urgência no Abelardo Santos der origem à internação do usuário, não se registrará como um atendimento de Urgência e sim como um atendimento hospitalar.

2.5 Deverá ser implantado o acolhimento do usuário por classificação de risco , priorizando o atendimento por gravidade do caso, definida sob supervisão médica, conforme protocolo preestabelecido, e não por ordem de chegada, em consonância com as orientações do Programa Nacional de Humanização e diretrizes da SES do Pará.

3. ATENDIMENTO AMBULATORIAL

3.1. As consultas ambulatoriais serão disponibilizadas nas especialidades de nefrologia, cirurgia vascular, urologia, neurologia endovascular, neurocirurgia e sub especialidades (coluna), ginecologia, cirurgia torácica, cirurgia geral, mastologia, cirurgia pediátrica, clínica médica, cardiologia e anestesiologia.

3.1.1. Serão disponibilizados o quantitativo de 70% do total das consultas contratualizadas para usuários provenientes da Central de Regulação do Estado – CER e 30% para usuários egressos do Hospital.

3.2. O atendimento ambulatorial deverá ser programado para funcionar, minimamente, das 7h às 18h, de segunda à sexta-feira, e, quando houver necessidade sábado de manhã de 07h às 13h, compreende os seguintes itens:

- ♦ Primeira consulta e/ou primeira consulta de egresso;
- ♦ Interconsulta;
- ♦ Consultas subsequentes (retornos).

3.2.1. Entende-se por primeira consulta, a visita inicial do paciente encaminhado pela rede de Saúde/SUS, ao Hospital, para atendimento a uma determinada especialidade.

3.2.2. Entende-se por primeira consulta de egresso, a visita do paciente encaminhada pela própria instituição, que teve sua consulta agendada no momento da alta hospitalar, para atendimento a especialidade referida.

3.2.3. Entende-se por interconsulta, a primeira consulta realizada por outro profissional em outra especialidade, com solicitação gerada pela própria instituição.

3.2.4. Entende-se por consulta subsequente, todas as consultas de seguimento ambulatorial, em todas as categorias profissionais, decorrentes tanto das consultas oferecidas à rede de saúde quanto as subseqüentes das interconsultas.

3.3. Para os atendimentos referentes a processos terapêuticos de média e longa duração, tais como, sessões de Fisioterapia, etc., os mesmos, a partir do 2º atendimento, devem ser registrados como consultas subseqüentes.

3.4. As consultas realizadas pelo Serviço Social não serão consideradas no total de consultas ambulatoriais, serão apenas informadas conforme as normas definidas pela Secretaria da Saúde.

4. SERVIÇO DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO – SADT

4.1. SADT

O hospital deverá realizar um número de Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT) de 67.370 (sessenta e sete mil, trezentos e setenta), entre, exames laboratoriais e por imagem, a pacientes egressos do próprio hospital e encaminhados pela Central de Regulação, ou outro processo regulador definido pela SESPA, de acordo com o número de consultórios existentes, distribuídos nas seguintes áreas:

SADT	TOTAL MENSAL
ANÁLISES CLÍNICAS	60.000
DIAGNOSTICO HISTOPATOLÓGICO	1000
ECOCARDIOGRAMA	200
RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA PARA DIAGNÓSTICO	60
ELETROCARDIOGRAMA	1.000
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	350
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (U/E)	300
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA ELETIVA	700
BIOPSIA DE PRÓSTATA GUIADA POR USG	80

BIÓPSIA DE MAMA GUIADA POR USG	50
ULTRASSONOGRAFIA ELETIVA	1.000
MAMOGRAFIA	400
ESCLEROTERAPIA COM ESPUMA (UNI OU BILATERAL)	120
HEMODIÁLISE (22 máquinas)	1.680
ENDOSCOPIA	350
COLONOSCOPIA	80
TOTAL	67.370

OBS1: Deverão ser realizadas todas as análises clínicas necessárias para o apoio diagnóstico de todas as especialidades do Hospital.

OBS2: A Organização Social terá 03 (três) meses para a readequação e estabilidade dos serviços assistenciais, com isso, as metas acima especificadas só deverão ser consideradas (avaliada e valorada) a partir do final do 3º mês, a contar da assinatura do Contrato de Gestão.

4.2 - Serviço de Apoio Técnico

Centro Cirúrgico, serviço de hemodinâmica, serviço de nutrição e dietética, serviço de nutrição parenteral e enteral, central de abastecimento farmacêutico.

5. PROJETOS ESPECIAIS E NOVAS ESPECIALIDADES DE ATENDIMENTO

Ao longo da vigência do contrato, a Contratada e/ou a Contratante, poderão propor a realização de outros tipos de atividades, diferentes daquelas aqui relacionadas, seja pela introdução de novas atividades diagnósticas e/ou terapêuticas, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia. Essas atividades serão autorizadas pela SESPA, após análise técnica, que envolve a correspondente quantificação, física e financeira, destacada das do atendimento rotineiro do hospital e, apresentação, de forma discriminada, do orçamento econômico-financeiro. Efetuadas essas etapas, o processo será homologado através da celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

6. ATENDIMENTO AMBULATORIAL (SERVIÇOS AMBULATORIAIS HOSPITALARES)

O hospital deverá realizar um número de atendimento ambulatorial mensal de 9.100 (nove mil e cem) consultas/mês, a pacientes egressos do próprio hospital ou encaminhados pela Central

de Regulação, ou outro processo regulador definido pela SESPA, de acordo com o número de consultórios existentes, distribuídos nas seguintes áreas:

ATENDIMENTO AMBULATORIAL	TOTAL MENSAL
NEFROLOGIA	1.200
CIRURGIA VASCULAR	1.200
UROLOGIA	1.200
NEUROCIRURGIA	500
NEUROLOGIA ENDOVASCULAR	350
NEUROCIRURGIA COLUNA	150
GINECOLOGIA	800
CIRURGIA TORÁCICA	500
CIRURGIA GERAL	200
MASTOLOGIA	600
CIRURGIA PEDIÁTRICA	400
CLINICA MÉDICA	800
CARDIOLOGIA	600
ANESTESIOLOGIA	600
TOTAL	9.100

***OBS:** A Organização Social terá 03 (três) meses para a readequação e estabilidade dos serviços assistenciais, com isso, as metas acima especificadas só deverão ser consideradas (avaliada e valorada) a partir do final do 3º mês, a contar da assinatura do Contrato de Gestão.*

7. SOBREAVISOS

O Hospital Regional Público Dr. Abelardo Santos deverá contratar médicos para escala de sobreaviso, e a avaliação do paciente deverá ser procedida em até 2 horas, a partir da chamada feita pelo hospital.

ESPECIALIDADES PARA SOBREAVISO
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA E BAIXA - corpo estranho
ULTRASSONOGRAFIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL
NEUROLOGIA INTERVENCIONISTA
NEUROCIRURGIA
UROLOGIA
CIRURGIA VASCULAR
CIRURGIA TORÁCICA COM BRONCOSCOPIA

CIRURGIA GERAL
NEFROLOGIA
CIRURGIA PEDIÁTRICA
ANESTESIOLOGIA

OBS1: As demais especialidades deverão emitir o parecer em até 24 horas.

OBS2: A Organização Social terá 03 (três) meses para a readequação e estabilidade dos serviços assistenciais, com isso, as metas acima especificadas só deverão ser consideradas (avaliada e valorada) a partir do final do 3º mês, a contar da assinatura do Contrato de Gestão.

8. METAS DE UTI

O Hospital Regional Público Dr. Abelardo Santos deverá estabelecer as metas mensais de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), nas seguintes especialidades:

METAS MENSAIS DE UTI	TOTAL
UTI NEONATOLOGIA/PEDIÁTRICA	570
UTI ADULTO	1.080
UNIDADE DE CUIDADO INTERMEDIÁRIO (UCI)	570
UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA CONJUNTA (UTICON)	270
TOTAL	2.490

OBS: A Organização Social terá 03 (três) meses para a readequação e estabilidade dos serviços assistenciais, com isso, as metas acima especificadas só deverão ser consideradas (avaliada e valorada) a partir do final do 3º mês, a contar da assinatura do Contrato de Gestão.

9. SAÍDAS HOSPITALARES PARA PACIENTES CLÍNICOS E CIRÚRGICOS

SAÍDAS CLÍNICAS/CIRÚRGICAS	900
----------------------------	-----

10. CIRURGIAS

CIRURGIAS	TOTAL MENSAL
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA OBSTÉTRICA/GINECOLÓGICA	250
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA	80
VASCULAR-VARIZES	40
VASCULAR- GERAL	30

CIRURGIA GERAL
NEFROLOGIA
CIRURGIA PEDIÁTRICA
ANESTESIOLOGIA

OBS1: As demais especialidades deverão emitir o parecer em até 24 horas.

OBS2: A Organização Social terá 03 (três) meses para a readequação e estabilidade dos serviços assistenciais, com isso, as metas acima especificadas só deverão ser consideradas (avaliada e valorada) a partir do final do 3º mês, a contar da assinatura do Contrato de Gestão.

8. DIÁRIAS DE UTI

O Hospital Regional Público Dr. Abelardo Santos deverá estabelecer as metas diárias de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), nas seguintes especialidades:

METAS DIÁRIAS DE UTI	TOTAL
UTI NEONATOLOGIA/PEDIÁTRICA	570
UTI ADULTO	1.080
UNIDADE DE CUIDADO INTERMEDIÁRIO (UCI)	570
UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA CONJUNTA (UTICON)	270
TOTAL	2.490

OBS: A Organização Social terá 03 (três) meses para a readequação e estabilidade dos serviços assistenciais, com isso, as metas acima especificadas só deverão ser consideradas (avaliada e valorada) a partir do final do 3º mês, a contar da assinatura do Contrato de Gestão.

9. SAÍDAS HOSPITALARES PARA PACIENTES CLÍNICOS E CIRÚRGICOS

SAÍDAS CLÍNICAS/CIRÚRGICAS	900
----------------------------	-----

10. CIRURGIAS

CIRURGIAS	TOTAL MENSAL
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA OBSTÉTRICA/GINECOLÓGICA	250
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA	80
VASCULAR-VARIZES	40
VASCULAR- GERAL	30

UROLOGIA – CÁLCULO RENAL	40
UROLOGIA – GRANDE PORTE	10
UROLOGIA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	40
NEUROLOGIA-ENDOVASCULAR	20
NEUROLOGIA-GERAL	25
NEUROLOGIA-COLUNA	15
GINECOLOGIA	40
CIRURGIA TORÁCICA	30
CIRURGIA GERAL	30
MASTOLOGIA	40
ORTOPEDIA - PÉ TORTO CONGÊNITO	15
TOTAL	705

11. DISTRIBUIÇÃO DE LEITOS

Os leitos hospitalares do Hospital Regional Público Dr. Abelardo Santos, serão distribuídos nas seguintes especialidades:

LEITOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS	TOTAL MENSAL
PEDIATRIA GERAL	25
CIRURGIA GERAL	10
OBSTETRICIA	50
CIRURGIA VASCULAR	25
UROLOGIA	20
NEUROCIRURGIA	25
CIRURGIA TORÁCICA	10
MASTOLOGIA	10
GINECOLOGIA	10
CIRURGIA PEDIÁTRICA	10
NEFROLOGIA	25
CLINICA MÉDICA	30
TOTAL	250

LEITOS DE UTI/UCI	TOTAL MENSAL
UTI NEONATAL	20
UTI PEDIÁTRICA	10
UTI ADULTO	40
UCI – UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS	10
UTI CONJUNTO	10
TOTAL	90

12. SERVIÇO DE DIALISE PERITONEAL

Serviços de Diálise Peritoneal com estimativa de, no mínimo, 16 (dezesesseis) novos pacientes por mês, até completar 300 (trezentos) pacientes em tratamento de Diálise Peritoneal neste centro.

II – CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS AO CONTRATANTE

A **CONTRATADA** encaminhará ao **CONTRATANTE** toda e qualquer informação solicitada, na formatação e periodicidade por este determinadas.

As informações solicitadas, dentre outros, referem-se aos seguintes aspectos :

- Relatórios contábeis e financeiros;
- Relatórios referentes aos Indicadores de Qualidade estabelecidos para a unidade;
- Relatório de Custos;
- Censo de origem dos pacientes atendidos;
- Pesquisa de satisfação de pacientes e acompanhantes;
- Outras informações, a serem definidas para o Hospital.

ANEXO TÉCNICO II

SISTEMA DE REPASSE

I – Regras e Cronograma do Sistema de Pagamento

Com a finalidade de estabelecer as regras e o cronograma do Sistema de Pagamento ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

1. A atividade assistencial da **Contratada** subdivide-se em **03 (três)** modalidades, conforme especificação e quantidades relacionadas no **ANEXO TÉCNICO I – Plano de Trabalho**, nas modalidades abaixo assinaladas:

(XX) Internação (Enfermaria e Pronto-Atendimento, cirurgias)

(XX) Atendimento Ambulatorial

(XX) SADT Externo

1.1 As modalidades de atividade assistenciais acima assinaladas referem-se à rotina do atendimento a ser oferecido aos usuários da unidade sob gestão da **Contratada**.

2. O montante do orçamento econômico-financeiro para o Hospital Regional Dr. Abelardo Santos fica estimado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, no valor global de **R\$ 90.600.000,00 (noventa milhões e seiscentos mil reais)**, a ser repassado em 06 (seis) parcelas mensais de **R\$ 15.100.000,00 (quinze milhões e cem mil reais)**, e compõe-se da seguinte forma:

- ♦ 70% (setenta por cento) do valor mensal, ou seja **R\$ 10.570.000,00 (dez milhões, quinhentos e setenta mil reais)**, correspondem ao custeio das despesas com o atendimento hospitalar (internação);
- ♦ 15% (quinze por cento) do valor mensal, ou seja **R\$ 2.265.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil reais)**, correspondem ao custeio das despesas com o atendimento ambulatorial;
- ♦ 15% (quinze por cento) do valor mensal, ou seja **R\$ 2.265.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil reais)**, correspondem ao custeio das despesas com a execução dos serviços de SADT.

3. Os pagamentos à **Contratada** dar-se-ão na seguinte conformidade:

3.1 90% (noventa por cento) do Valor Global do Contrato serão repassados em parcelas mensais fixas, no valor mensal estimativo de **R\$ 13.590.000,00 (treze milhões, quinhentos e noventa mil reais)**.

3.2 10% (dez por cento) do valor Global do Contrato serão repassados mensalmente, juntamente com as parcelas fixas, com valor mensal estimativo de **R\$ 1.510.000,00 (um milhão, quinhentos e dez mil reais)**, vinculado à avaliação dos indicadores de qualidade e conforme sua valoração, de acordo com o estabelecido no Contrato.

3.3 A Organização Social terá 03 (três) meses para a readequação e estabilidade dos serviços assistenciais, com isso, as metas só deverão ser consideradas (avaliada e valorada) a partir do final do 3º mês, a contar da assinatura do Contrato de Gestão.

TABELA I – Para Contratos de Gestão para Gerenciamento de Hospitais

	ATIVIDADE REALIZADA	VALOR A PAGAR
INTERNAÇÃO 70%	Acima do volume contratado	100% do peso percentual da atividade internação
	Entre 85% e 100% do volume contratado	100% do peso percentual da atividade internação
	Entre 70% e 84,99% do volume contratado	90% X peso percentual da atividade internação X 90% do orçamento do hospital (R\$)
	Menos que 70% do volume contratado	70% X peso percentual da atividade internação X 90% do orçamento do hospital (R\$)
AMBULATÓRIO 15%	Acima do volume contratado	100% do peso percentual da atividade ambulatorial
	Entre 85% e 100% do volume contratado	100% do peso percentual da atividade ambulatorial
	Entre 70% e 84,99% do volume contratado	90% X peso percentual da atividade ambulatorial X 90% do orçamento do hospital (R\$)
	Menos que 70% do volume contratado	70% X peso percentual da atividade ambulatorial X 90% do orçamento do hospital (R\$)



SADT 15%	ATIVIDADE REALIZADA	VALOR A PAGAR
	Acima do volume contratado	100% do peso percentual da atividade SADT.
	Entre 85% e 100% do volume contratado	100% do peso percentual da atividade SADT.
	Entre 70% e 84,99% do volume contratado	90% X peso percentual da atividade SADT X 90% do orçamento do hospital (R\$)
	Menos que 70% do volume contratado	70% X peso percentual da atividade SADT X 90% do orçamento do hospital (R\$)

ANEXO TÉCNICO III**INDICADORES DE METAS QUALITATIVAS**

Os Indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da unidade.

A complexidade dos indicadores é crescente e gradual, considerando o tempo de funcionamento da unidade.

Trimestralmente, serão reavaliados os Indicadores de Qualidade podendo os mesmos serem alterados ou introduzidos novos parâmetros e metas sendo que o alcance de um determinado indicador no decorrer de certo período, torna esse indicador um pré-requisito para que outros indicadores mais complexos possam ser avaliados; desta forma, os indicadores que são pré-requisitos para os demais continuam a ser monitorados e avaliados, porém já não têm efeito financeiro.

IMPORTANTE: Alguns indicadores têm sua acreditação para efeito de pagamento no 1º, ou no 2º, ou no 3º ou no 4º trimestres. Isto não significa que somente naquele período estarão sendo avaliados. A análise de cada indicador, a elaboração de pareceres avaliatórios e o encaminhamento dessa avaliação ao hospital serão efetuados mensalmente, independentemente do trimestre onde ocorrerá a acreditação de cada indicador para o respectivo pagamento.

Será elaborado um Manual que estabelece todas as regras e critérios técnicos para a avaliação dos Indicadores utilizados para o cálculo da parte variável do Contrato de Gestão, durante a vigência deste.

Os indicadores constantes da proposta de trabalho constituem obrigação contratual.

Fica a Contratada obrigada a apresentar a totalidade dos indicadores de qualidade previstos na sua Proposta de Trabalho.

Para fins de aferição e do pagamento correspondente à parte variável (10%) serão observados os indicadores especificados no Manual de Indicadores para a parte variável.

METAS E INDICADORES PARA 2021

Para a vigência de 2021, estabelecem-se como indicadores determinantes do pagamento da parte variável:

- 1. Qualidade da Informação

- 2. Comissão de Prontuário
- 3. Atenção ao Usuário
- 4. Controle de Infecção Hospitalar
- 5. Mortalidade Operatória

1. Qualidade da Informação - A valoração deste indicador será de 20% em cada trimestre.

Apresentação do Laudo para Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

Avalia a proporcionalidade de apresentação de laudos para Autorização de internação Hospitalar em relação à atividade hospitalar. Considerando-se que os hospitais sob o contrato de gestão não são emissores de AIH e, portanto dependem de processo nas instâncias regionais da SES para liberação da documentação citada, a meta a ser cumprida é apresentação da totalidade (100%) das AIH's por mês de competência, autorizadas pela Central Estadual de Regulação e apresentadas pelo hospital a Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria dos Serviços de Saúde - DDASS, com cópia do arquivo eletrônico enviado ao GT. O prazo para a entrega da informação ao GT é o décimo quinto dia do mês subsequente. Os dados devem ser encaminhados ao GT enviados em meio eletrônico, contendo exclusivamente AIH's do mês de competência, livres de crítica e de reapresentações.

2. Comissão de Prontuário do Paciente - A valoração deste indicador será de 10% em cada trimestre.

Para efeito de avaliação deste item deverão ser considerados os parâmetros abaixo especificados:

- **Limite máximo de 10% a ser aceito com Prontuários apresentando não conformidades dos 11 itens de verificação, resultantes das auditorias da comissão e ainda do GTCAGHMR – SESPA, listados abaixo:**

1. IDENTIFICAÇÃO
2. LETRA LEGÍVEL
3. EVOLUÇÃO MULTIPROFISSIONAL
4. SOLICITAÇÃO DE EXAMES
5. RELATÓRIO OPERATÓRIO
6. FICHA DE RPA

7. PRESCRIÇÃO MÉDICA
8. ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO
9. ASSINATURA E CARIMBO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL
10. PLANO ASSISTENCIAL DE ENFERMAGEM
11. RESUMO DE ALTA.

- Pessoa responsável pela coordenação das ações da Comissão.
- Relatório trimestral das atividades da Comissão, do qual devem constar, como parâmetros, no mínimo:
 - a) Registro das reuniões realizadas no período (Ata Detalhada);
 - b) Nome e cargo das pessoas que compõem a Comissão;
 - c) Registro detalhado das atividades da Comissão e das medidas implementadas, quando for o caso;

Obs: - Este indicador só será considerado atingido se todos os parâmetros acima forem satisfeitos.

3. Atenção ao Usuário – Resolução de queixas e pesquisa de satisfação - A valoração deste indicador será de 20% em cada trimestre

A meta é a resolução de 80% das queixas recebidas e o envio do relatório consolidado da pesquisa de satisfação do usuário. Entende-se por queixa o conjunto de reclamações recebidas por qualquer meio, necessariamente com identificação do autor, e que deve ser registrada adequadamente. Entende-se por resolução o conjunto de ações geradas por uma queixa no sentido de solucioná-la e que possa ser encaminhada a seu autor como resposta ou esclarecimento ao problema apresentado.

A pesquisa de satisfação do usuário sobre o atendimento do hospital destina-se à avaliação da percepção de qualidade de serviço pelos pacientes ou acompanhantes. Em cada trimestre será avaliada a pesquisa de satisfação do usuário, por meio dos questionários específicos, que deverão ser aplicados mensalmente em pacientes internados e acompanhantes e a pacientes atendidos nos ambulatorios, SADT e urgência dos hospitais, abrangendo 10% do total de pacientes em cada área de internação e 10% do total de pacientes atendidos em consulta no ambulatório, SADT e urgência.

A pesquisa será feita verbalmente, registrada em papel, sendo obrigatoriamente anônima, apenas com identificação numérica. Os modelos dos questionários serão enviados pelo GTCAGHMR ao hospital em meio eletrônico para aplicação e preenchimento. Será fornecida uma planilha de consolidação para preenchimento das respostas obtidas, dividindo as avaliações em três grupos: o de pacientes internados, o de acompanhantes de pacientes internados e o de pacientes em atendimento ambulatorial, no SADT e urgência. O envio das planilhas de consolidação dos três grupos até o dia 15 do mês imediatamente subsequente.

4. Controle de Infecção Hospitalar - A valoração deste indicador será de 25% em cada trimestre.

Com a finalidade de avaliar a qualidade da assistência na área de infecção hospitalar apresentamos os indicadores a serem monitorados no ano de 2019/2023 que incluem: Densidade de Infecção Hospitalar em UTI Adulto, Densidade de Incidência de Infecção Hospitalar em Corrente Sangüínea associada a Cateter Venoso Central em UTI Adulto, Taxa de Utilização de Cateter Venoso Central na UTI Adulto.

O Hospital deverá enviar um relatório mensal, elaborado pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar para a UTI Adulto que contenha o valor das taxas no mês, a análise dos resultados encontrados no período em relação à mediana e/ou diagrama de controle e as medidas implementadas, quando se fizerem necessárias.

Definições:

- Densidade de Infecção Hospitalar em UTI Adulto: número de episódios de infecção hospitalar na UTI no mês dividido pelo número de pacientes-dia da UTI no mês, multiplicado por 1000.

- Densidade de Incidência de Infecção Hospitalar em Corrente Sangüínea associada a Cateter Venoso Central em UTI Adulto: número de infecções hospitalares na corrente sangüínea no mês dividido pelo número de pacientes-dia com cateter venoso central no mês, multiplicado por 1000.

- Taxa de Utilização de Cateter Venoso Central na UTI Adulto: número de pacientes com cateter central-dia no mês dividido por número de pacientes-dia no mesmo período.

Os critérios adotados são os estabelecidos pelo NNIS (National Nosocomial Infection Surveillance System) que é a metodologia utilizada pelo CDC (Center for Disease Control)-EUA.

Obs: As infecções primárias da corrente sanguínea incluem as infecções confirmadas laboratorialmente e as sepSES clínicas.



A meta a ser atingida é o envio do relatório até o dia 15 do mês imediatamente subsequente.

5. Taxa de Mortalidade Operatória - O valor ponderal será de 25% em cada trimestre.

Com a finalidade de monitorar o desempenho assistencial na área de cirurgia acompanharemos como indicadores a Taxa de Mortalidade Operatória estratificada por Classes (de 1 a 5) da Classificação da *American Society of Anesthesiology do Average Score of Anesthesiology* (ASA) e a Taxa de Cirurgias de Urgência.

Definições:

Taxa de Mortalidade Operatória: número de óbitos ocorridos até sete dias após o procedimento cirúrgico classificado por ASA no mês dividido pelo número total de cirurgias realizadas no mês, multiplicado por 100.

Taxa de Cirurgias de Urgência: Número de cirurgias de urgência realizadas no mês dividido pelo número total de cirurgias realizadas no mês, multiplicado por 100.

O número de cirurgias deve ser preenchido com o número total de cirurgias efetuadas no Centro Cirúrgico, incluindo as cirurgias ambulatoriais. Estes dados devem ser enviados através de relatórios mensais nos quais constem a Taxa de Mortalidade Operatória com a análise deste índice elaborada pela Comissão de Óbitos e a Taxa de Cirurgias de Urgência.

Indicadores – Súmula da Planilha para 2019/2024

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
1.Qualidade da Informação	20%	20%	20%	20%
2.Comissão de Prontuário	10%	10%	10%	10%
3.Atenção ao usuário	20%	20%	20%	20%
4.Controle de Infecção Hospitalar	25%	25%	25%	25%
5.Mortalidade operatória	25%	25%	25%	25%

INDICADORES DE METAS QUANTITATIVAS

ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

1. INTERNAÇÃO

1.1. Internação (Saídas Hospitalares - Enfermarias e/ou Pronto-Atendimento)

O hospital deverá manter 340 (trezentos e quarenta) leitos, de acordo com o número de leitos operacionais cadastrados pelo SUS - Sistema Único de Saúde.

INTERNAÇÃO	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	TOTAL
PEDIATRIA GERAL	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	300
CIRURGIA GERAL	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
OBSTETRICIA	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	600
CIRURGIA VASCULAR	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	300
UROLOGIA	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	240
NEUROCIRURGIA	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	300
CIRURGIA TORACICA	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
MASTOLOGIA	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
GINECOLOGIA	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
CIRURGIA PEDIÁTRICA	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
NEFROLOGIA	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	300
CLINICA MÉDICA	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	360
TOTAL	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	3000

UTI/UCI	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	TOTAL
UTI NEONATAL	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	240
UTI PEDIÁTRICA	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
UTI ADULTO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	480
UCI-UNIDADE CUIDADOS	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120

1.4. Mensais de UTI

METAS MENSAIS	
UTI NEO/PEDIATRICA	570
UTI ADULTO	1080
UCI(UNIDADE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS)	570
UTICON(UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA CONJUNTA)	270
TOTAL	2490

2. URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

O Hospital Regional Público Dr. Abelardo Santos realizará 15000 atendimentos/mês, de urgência/emergência 24 horas por dia, ininterruptamente, para casos de urgência obstétrica e pediátrica.

URGÊNCIA/EMERGÊNCIA	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	TOTAL
OBSTETRICA/PEDIÁTRICA	15000	15000	15000	15000	15000	15000	15000	15000	15000	15000	15000	15000	180000

3. ATENDIMENTO AMBULATORIAL**3.1. Consultas médicas**

O hospital deverá realizar um número de atendimento ambulatorial mensal de **9.100 (nove mil e cem)**, a pacientes egressos do próprio hospital e encaminhados pela Central de Regulação, ou outro processo regulador definido pela SESPA, de acordo com o número de consultórios existentes, distribuídos nas seguintes áreas:

CONSULTAS	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	TOTAL
NEFROLOGIA	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	14400
CIRURGIA VASCULAR	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	14400
UROLOGIA	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	14400
NEUROCIRURGIA	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	6000
NEUROLOGIA ENDOVASCULAR	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	4200
NEUROCIRURGIA COLUNA	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	1800



GINECOLOGIA	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	9600
CIRURGIA TORACICA	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	6000
CIRURGIA GERAL	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2400
MASTOLOGIA	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	7200
CIRURGIA PEDIATRICA	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	4800
CLINICA MÉDICA	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	9600
CARDIOLOGIA	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	7200
ANESTESIOLOGIA	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	7200
TOTAL	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	109.200

4. SADT

CONSULTAS	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	TOTAL
ANALISES CLINICAS	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	720000
DIAGNOSTICO HISTOPATOLOGICO	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12000
ECOCARDIOGRAMA	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2400
RADIOLOGIA INTEVENIONISTA PARA DIAGNOSTICO	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	720
ELETRCARDIOGRAMA	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12000
RESSONANCIA MAGNÉTICA	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	4200
TOMOGRAFIA COMP (U/E)	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	3600
TOMOGRAFIA COMP ELETIVA	700	700	700	700	700	700	700	700	700	700	700	700	8400
BIOPSIA DE PROSTATA GUIADA POR USG	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	960
BIOPSIA DE Mama GUIADA POR USG	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	600
USG ELETIVA	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12000
MAMOGRAFIA	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	4800
ESCLEROTERAPIA COM ESPUMA UNI E BILATERAL	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	1440

HEMODIALISE:***	1680	1680	1680	1680	1680	1680	1680	1680	1680	1680	1680	1680	20160
ENDOSCOPIA	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	4200
COLONOSCOPIA	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	960
TOTAL	67370	67370	67370	67370	67370	67370	67370	67370	67370	67370	67370	67370	76440

*Deverão ser realizadas todas as análises clínicas necessárias para o apoio diagnósticos de todas as especialidades do hospital

*** Hemodiálise = nº de sessões por Mês

5. SOBREAVISOS

O Hospital Abelardo Santos, deverá contratar médicos para escala de sobreaviso, e a avaliação do paciente deverá ser procedida em até 2 horas, á partir da chamada feita pelo hospital.

ESPECIALIDADES PARA SOBREAVISO
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA – RETIRADA DE CORPO ESTRANHO
ULTRASSONOGRAFIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL
NEUROLOGIA INTERVENCIONISTA
NEUROCIRURGIA
UROLOGIA
CIRURGIA VASCULAR
CIRURGIA TORÁCICA COM BRONCOSCOPIA
CIRURGIA GERAL
NEFROLOGIA
CIRURGIA PEDIATRICA
ANESTESIOLOGIA

CONTRATO

CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/SESPA/2021
PROCESSO Nº: 2021/158527

Dispensa de Chamamento Público nº 017/SESPA/2021 DOE 34.507 DE 04/03/2021

Fundamentação Legal: Art.24, XXIV, da lei nº 8.666/93 e art. 22 do Decreto Estadual nº 21/19

Objeto: O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto estabelecer o compromisso entre as partes para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no Hospital Regional Abelardo Santos, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultado, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, em conformidade com os anexos a seguir elencados, que integram o presente instrumento, para todos os fins de direito.

1. Anexo Técnico I- Plano de trabalho/Descrição de serviços
2. Anexo Técnico II- Sistema de Pagamento
3. Anexo Técnico III- Indicadores de Qualidade
4. Termo de Cessão de Uso de Bens

Data da Assinatura: 04/03/2021

Vigência: 180 (cento e oitenta) dias de 11/03/2021 à 06/09/2021

Valor Global: R\$ 90.600.000,00 (noventa milhões e seiscentos mil reais)

Valor mensal: 6 parcelas de R\$ 15.100.000,00 (quinze milhões e cem mil reais)

Orçamento: Atividade: 8877; Elemento de Despesa: 335043; Fonte: 0103/0301/0101/0149/0349/0303

Contrato: INSTITUTO DE SAÚDE SOCIAL E AMBIENTAL DA AMAZÔNIA - ISSAA

Endereço: Rua Municipalidade nº 985 sala nº 1412 Bairro: Umarizal

CNPJ: 22.176.345/0001-33 CEP: 66.050-350

Ordenador: Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros - Secretário Adjunto de Gestão Administrativa.

Protocolo: 633653

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO Nº 02/2021 - CONTRATO: 94.20 - PROCESSO Nº 2021/25750 - empresa HERINGER TAXI AEREO LTDA.

OBJETO DO APOSTILAMENTO - Aumento de fonte do recurso orçamentário: 0103 / 0149 / 0101 / 0303 / 0349 / 0301

DATA DO APOSTILAMENTO: 04/03/2021

Ordenador: ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS- Secretário Adjunto de Gestão Administrativa- Portaria 335 de 03 de julho de 2020.

Protocolo: 633664

FÉRIAS

PORTARIA Nº 335 DE 04 DE MARÇO DE 2021

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e,

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 74 a 76, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o processo nº 2021/241568

RESOLVE:

INTERROMPER, por necessidade de serviço a contar de 01.03.2021, o período de gozo das férias da servidora JOVELINA MARIA SOUSA MATOS, Id. Funcional nº 54193548-1 ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Comissão Permanente de Licitação, concedidas através da Portaria Coletiva nº053/11.01.2021, publicada no DOE nº 34.457/12.01.2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em. 04.03.2021.

Kelly de Cassia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 633799

OUTRAS MATÉRIAS

NOTA TÉCNICA Nº 03/2021

Aquisição de medicamentos utilizados em procedimento de intubação de pacientes devido à falta generalizada dos itens no mercado.

Considerando que atualmente, como consequência do enfrentamento à pandemia de COVID-19, estamos com falta generalizada de medicamentos anestésicos, neuro relaxantes musculares e adjuvantes, dentre outros, utilizados pelos hospitais nos procedimentos de intubação de pacientes. Considerando que, após solicitação das Secretarias Estaduais de Saúde, o Ministério da Saúde iniciou processo para aquisição destes medicamentos, através das Intenções de Registro de Preços nº 94 e 115/2020.

Considerando a adesão da SESPÀ a estas IRP.

Considerando a conclusão destas IRP (Termo de Homologação dos Pregões Eletrônicos Nº 00110 e 00124/2020 (SRP), onde estão sendo disponibilizados os medicamentos descritos no Anexo I para aquisição.

Cabe aqui ressaltar que as quantidades disponibilizadas para o Pará em alguns casos são inferiores à real necessidade, resultado do contratado na licitação após os devidos trâmites legais.

Informamos através desta que, poderão fazer solicitações destes medicamentos os hospitais pactuados no Plano de Contingência de Enfrentamento ao COVID-19 na CIB de 15 de julho de 2020 (em anexo), através do e-mail deaf@sespa.pa.gov.br, enviando seus pedidos conforme Anexo II desta Nota Técnica, até o dia 15 de março de 2021. Estas solicitações

serão analisadas pelo Departamento Estadual de Assistência Farmacêutica conforme pactuação vigente, considerando o nº de leitos de UTI cadastrados e demanda apresentada.

Os hospitais que manifestarem interesse nos itens farão pagamento da seguinte forma:

TIPO DE UNIDADE HOSPITALAR	ADMINISTRAÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO
HOSPITAL PÚBLICO ESTADUAL	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	DESCONTO EM FATURA
HOSPITAL PÚBLICO ESTADUAL	AUTARQUICA	DESCONTO EM REPASSE
HOSPITAL PÚBLICO ESTADUAL	DIRETA - SESPÀ	NÃO SE APLICA

Estas solicitações serão consolidadas pela SESPÀ para posterior prosseguimento do processo de aquisição dos itens.

João Henrique Vogado Abrahão

Diretor Departamento Estadual de Assistência Farmacêutica Secretaria de Saúde do Estado do Pará

deaf@sespa.pa.gov.br

+55 91 4006 4333

ANEXO I

ITENS DISPONÍVEIS PARA SOLICITAÇÃO - ESTADO DO PARÁ

Nº PRE- GÃO	ITEM PRE- GÃO	MEDICAMENTO	FORNECEDOR	VALOR UNITA- RIO	LIMITE DISPO- NÍVEL ESTADO DO PARÁ
110/2020	1	ATACÚRIO BESILATO, DOSAGEM 10 MG/ML, INDICAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL AMP 2,5 ML	44.734.671/0001-51 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	R\$12,42	365.760
110/2020	2	ATACÚRIO BESILATO, DOSAGEM 10 MG/ML, INDICAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL AMP 5 ML	44.734.671/0001-51 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	R\$18,00	310.896
110/2020	6	DEXMEDETOMIDINA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL AMP 2 ML	07.847.837/0001-10 - CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	R\$14,40	52.578
110/2020	6	DEXMEDETOMIDINA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL AMP 2 ML	61.190.096/0008-69 - EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	R\$14,40	52.578
110/2020	9	EPINEFRINA, DOSAGEM 1MG/ML, USO SOLUÇÃO INJETÁVEL AMP 1 ML	02.600.770/0001-09 - COMERCIAL VALFARMA EIRELI	R\$1,77	457.200
110/2020	10	ETOMIDATO, DOSAGEM 2 MG/ML, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL AMP 10 ML	44.734.671/0001-51 - CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	R\$12,30	69.037
110/2020	11	FENTANIL, APRESENTAÇÃO SAL CITRATO, DOSAGEM 0,05 MG/ML, INDICAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL AMP 10 ML	44.734.671/0001-51 - CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	R\$7,51	416.052
110/2020	15	MORFINA, APRESENTAÇÃO SULFATO, CONCENTRAÇÃO 10MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL AMP 1 ML	44.734.671/0001-51 - CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	R\$2,09	457.200
110/2020	21	SUXAMETÔNIO CLORETO, DOSAGEM 100 MG, INDICAÇÃO SOLUÇÃO F/A	58.430.828/0001-60 - BLAU FARMACÊUTICA S.A.	R\$13,47	9.144
124/2020	19	ROCURÔNIO BROMETO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL Frasco 5 ml	ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA. CNPJ: 04.307.650/0015-30	R\$12,14	785

124/2020	8	DIAZEPAM, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL Ampola 2 ml	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A CNPJ: 17.159.229/0001-76	R\$0,72	12.000
124/2020	13	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETÁVEL Ampola 10 ml	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A CNPJ: 17.159.229/0001-76	R\$6,66	25.375
124/2020	6	DEXMEDETOMIDINA CLORIDRATO, 100 MCG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL Frasco 2 ml	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ: 44.734.671/0001-51	R\$14,00	506
124/2020	17	PROPOFOL, 10 MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL Ampola 20 mL ou Frasco 20 mL ou Seringa 20 mL	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ: 44.734.671/0001-51	R\$12,23	805
124/2020	15	NALOXONA CLORIDRATO, 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL Ampola de 1 ml	HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA. CNPJ: 19.570.720/0007-06	R\$3,79	2.000
124/2020	16	NOREPINEFRINA, 2 MG/ML, SOLUÇÃO Ampola de 4 ml	HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA. CNPJ: 19.570.720/0007-06	R\$5,00	34.982